



# OE2021

ORÇAMENTO DO ESTADO

[OE2021.GOV.PT](http://OE2021.GOV.PT)



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

XXII GOVERNO

## Orçamento do Estado para 2021

### Programa Orçamental Representação Externa

---

DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

11 de novembro de 2020

## ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA .....	5
SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL.....	30
TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL.....	35

## NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para 2021. Organiza-se em três partes distintas.

Na primeira parte, são apresentadas as principais medidas de política para o ano de 2021, que os recursos financeiros e humanos do MNE contribuirão para pôr em prática. De modo a compreender a continuidade e o desenvolvimento de tais medidas, começa por fazer-se um breve balanço das medidas concretizadas e das metas alcançadas ao longo de 2020. O impacto da pandemia de COVID-19 repercutiu-se na ação do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 2020. Numa primeira fase, a crise sanitária exigiu a mobilização da rede externa para responder às situações de emergência mais prementes, designadamente no apoio ao regresso dos portugueses então em viagem por 175 países; e, numa segunda fase, a reconfiguração e ajustamento dos meios e serviços ao dispor da ação externa, nas suas múltiplas vertentes, através do reforço dos meios tecnológicos e digitais e da adaptação das atividades previstas.

Na segunda parte, são apresentados os meios financeiros ao dispor da representação externa de Portugal em 2021. Estes meios provêm de várias fontes de financiamento e assumem diversas formas, que serão devidamente especificadas.

Na terceira parte, é registada a evolução da rede externa e são listados os meios humanos do Ministério.

## PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA

### 1. BALANÇO DE 2020

Tendo presentes os eixos prioritários de intervenção do Governo na política externa e a necessidade de concretizar uma gestão rigorosa e flexível, o MNE realizou, em 2020, um conjunto de medidas de política das quais se destacam:

#### 1.1. No âmbito da política europeia:

- Prossecução dos trabalhos de preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) no primeiro semestre de 2021, com as suas cinco prioridades: Europa resiliente, social, verde, digital e global;
- Contribuição para que fosse acordado atempadamente o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 (QFP), por forma a evitar a descontinuidade entre orçamentos comunitários e garantir um bom resultado para os interesses europeus e nacionais, promovendo os valores comuns e financiando as políticas estratégicas da União Europeia (UE), como a Política de Coesão, a Política Agrícola Comum e os programas específicos das regiões ultraperiféricas;
- Participação no processo de negociação e decisão de que resultou a aprovação do Fundo de Recuperação e Resiliência e do programa Próxima Geração, como resposta europeia às consequências da pandemia de COVID-19, assim como na elaboração dos demais instrumentos desta resposta e, designadamente, os programas SURE e REACT;
- Participação na implementação do Acordo de Saída do Reino Unido (*Brexit*), com especial enfoque nos direitos dos cidadãos e na negociação do acordo sobre a relação futura UE-Reino Unido;
- Participação em diversos grupos de Estados-membros com posições convergentes (“*like-minded*”), designadamente: os países Amigos da Coesão, os países do Mediterrâneo (MED-7) e os países da faixa europeia atlântica;
- Contribuição para o aprofundamento da União Económica e Monetária, em todas as suas dimensões, incluindo no avanço da conclusão da União Bancária e tendo, designadamente, em atenção as responsabilidades assumidas, até julho, na presidência do Eurogrupo;
- Contribuição para que seja alcançado o acordo sobre a abordagem europeia à política de asilo, de migrações e de acolhimento de refugiados;
- Participação ativa nos vários processos negociais de acordos de livre comércio com países terceiros e nos restantes dossiês da política comercial da UE, juntamente com a salvaguarda dos interesses nacionais na relação económica e comercial com os Estados Unidos da América, a China, a Índia e outros atores;
- Contribuição para a reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) e para o processo de eleição da nova Diretora Geral;
- Contribuição para um novo impulso à União Europeia, baseado na promoção dos valores fundamentais da União em particular no Estado de Direito e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais;

- Contribuição para a implementação do Pacto Ecológico Europeu, a nova política industrial e a nova estratégia para as pequenas e médias empresas, assim como para a transformação digital;
- Participação na definição da posição europeia e acompanhamento das negociações sobre o processo de adesão à UE de novos países;
- Participação na concretização da Aliança Europa-África e no reforço da cooperação com a União Africana;
- Acompanhamento da implementação da Estratégia Global de Segurança da União Europeia e da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), em particular no que respeita à participação de Portugal nas Missões e Operações PCSD e na Cooperação Estruturada Permanente;
- Adesão à iniciativa “Equipa Europa” (*Team Europe*) no quadro da resposta global da UE à pandemia de COVID-19 e envolvimento ativo nas ações levadas a cabo nesse contexto.

## 1.2. No âmbito das relações multilaterais:

Num ano marcado pela pandemia da COVID-19 e não obstante os condicionalismos impostos pelo adiamento de inúmeras reuniões e eventos de alto nível, Portugal continuou a afirmar o seu envolvimento num multilateralismo efetivo e o seu respeito pelos valores da Carta das Nações Unidas. Esta política traduziu-se nos bons resultados alcançados com a eleição de Portugal e de nacionais portugueses para várias instâncias internacionais, nomeadamente do Dr. José Manuel Santos Pais para o Comité dos Direitos Humanos (mandato 2020-2024) e a eleição de Portugal para o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (mandato 2021-2023) e para a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do ECOSOC;

- *No quadro das Nações Unidas:*
  - Tendo presente a abordagem “*building back better and greener*”, participação ativa em todo sistema das Nações Unidas, com ênfase nas agendas de direitos humanos, saúde, paz e segurança, migrações, água, oceanos e alterações climáticas, incluindo a Assembleia Mundial da Saúde e a Reunião Intergovernamental de Revisão Regional do Pacto Global para as Migrações;
  - Envolvimento nos eventos realizados à margem da semana de Alto-Nível da 75.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, tais como os eventos no âmbito da iniciativa Aliança para o Multilateralismo, a Cimeira da Biodiversidade, as reuniões do Grupo de Amigos em Defesa da Democracia, a Reunião Informal de Ministros da CPLP e a reunião ministerial sobre a República Centro-Africana, tendo Portugal coorganizado e copatrocinado quatro eventos: i) *Digital Societies: towards a human-centered, trustworthy and value-based digital transition*; ii) *Youth Leaders Call for Action to Achieve SDG 13: Climate Action*; iii) *Build Back Bluer – the Plan for 2020-21*; iv) Potencial da Energia das Ondas para o Desenvolvimento dos SIDS;
  - Continuação da participação portuguesa no Conselho Executivo da UNESCO e a Presidência do Comité Especial da UNESCO; organização das celebrações virtuais do Dia Mundial da Língua Portuguesa (5 de maio); prossecução das iniciativas *Open Science* e 3.º Relatório sobre o Futuro da Educação e anúncio da candidatura de Portugal ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2022-2026);

- Participação portuguesa em missões de paz, designadamente na República Centro-Africana (MINUSCA) e no Mali (MINUSMA), onde, desde julho de 2020, Portugal assegura a componente aérea da *Multinational Rotation Contribution*, da qual fazem parte também a Noruega, a Dinamarca, a Bélgica e a Suécia;
- Envolvimento na Agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente na componente externa, através da participação nas reuniões do Fórum Político de Alto Nível da Agenda 2030 e no Primeiro Momento dos ODS, realizado à margem da 75ª Assembleia Geral;
- Participação nos trabalhos da iniciativa “*Financing for Development in the Era of COVID-19 and Beyond*”, promovida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelos Primeiros-Ministros do Canadá e da Jamaica;
- Promoção da resolução, de iniciativa da União Europeia e Estados-membros, intitulada “Resposta à COVID-19”, a qual determinou que a respetiva vacina constitui um “*global public good for health*”, garantindo uma resposta global e inclusiva à crise pandémica.
- No quadro da defesa dos direitos humanos, realização de ações em sede de Nações Unidas, Conselho da Europa, CPLP e União Europeia, tendo em vista a abolição da pena de morte (destaque para a comemoração do 10.º aniversário da Comissão Internacional contra a Pena de Morte), a comemoração do 70.º aniversário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o apoio à elaboração do Plano de Ação para os Direitos Humanos e Democracia da UE para 2020-2024. Destaque, ainda, para a apresentação, no Conselho de Direitos Humanos (CDH), da resolução de iniciativa nacional sobre Saúde Mental e Direitos Humanos, bem como da resolução relativa à renovação do mandato da Relatora Especial sobre o Direito à Educação;
- No quadro da luta contra o problema mundial da droga, participação na 63.ª Sessão da Comissão de Estupefacientes e continuação da Presidência do Grupo de Cooperação em Matéria de Luta Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Estupefacientes (Grupo Pompidou), do Conselho da Europa, (mandato 2019-2022).
- *No quadro da CPLP:*
  - Apoio ao trabalho da Presidência *pro tempore* de Cabo Verde e do Secretário Executivo;
  - Participação em todos os programas e atividades da CPLP, nos seus três pilares;
  - Participação na negociação de Acordo sobre Mobilidade;
  - Através da colaboração do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., (CICL) com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, realização de um novo programa de bolsas para investigação em ensino do português.
- *No quadro da NATO*, valorização da dimensão política da Aliança, em particular no quadro do processo de reflexão NATO 2030, em curso, do qual são esperadas recomendações para a Cimeira que deverá ter lugar em 2021, e da relação de complementaridade com a UE;
- *No quadro da OSCE*, participação nos programas e ações da organização e contribuição para o processo de escolha, por consenso, para os seus postos de direção, através da apresentação de uma candidatura portuguesa ao cargo de Representante da OSCE para a Liberdade dos Media;

- *No quadro da prevenção e combate ao terrorismo*, participação nas plataformas europeias de cooperação entre organismos de segurança e informações, e em missões internacionais, designadamente no quadro da Coligação Internacional de Combate ao Daesh;
- *No quadro do relacionamento entre a Europa e a América Latina*, valorizando a nossa participação na Conferência Ibero-Americana (com apoio específico à presidência *pro tempore* de Andorra) e na Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI);
- *No quadro do relacionamento entre a Europa e a África*, apoio ao reforço e aprofundamento da implementação da parceria UE-África; bem como a integração em fóruns formais e informais, como a União para o Mediterrâneo, o Diálogo 5+5 e a Cimeira das Duas Margens;
- Participação na governação dos bancos multilaterais de desenvolvimento de que Portugal é acionista, aprofundamento de uma agenda conjunta e implementação de parcerias estratégicas com esses bancos em áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo dos seus membros beneficiários;
- Adesão à “Iniciativa de suspensão do serviço da dívida” aos países de rendimento baixo promovida pelo G20 e pelo Clube de Paris, com concessão de moratórias a empréstimos diretos do Estado português a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Pedidos similares apresentados por Angola e por Moçambique estão a ser apreciados, em conjunto com as respetivas autoridades.

### **1.3. No âmbito do reforço das relações bilaterais:**

- Relacionamento bilateral com os países de língua oficial portuguesa, com contactos frequentes e encontros de alto nível com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste;
- Consolidação das relações bilaterais com os países europeus (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Eslovénia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Polónia, Reino Unido, Roménia, Sérvia, Suécia, Suíça e Turquia);
- Desenvolvimento do relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América, com a realização das 41.<sup>a</sup> e 42.<sup>a</sup> sessões da Comissão Bilateral Permanente e com destaque para as matérias ligadas à Base das Lajes e para a intensificação do diálogo e concertação em diversos domínios estratégicos, como a defesa, economia, energia, ciência, tecnologia e educação;
- Valorização dos laços com a América Latina e as Caraíbas, desenvolvendo o potencial que os países da região oferecem às empresas portuguesas e reforçando o relacionamento com vários países (visitas e/ou encontros efetuados com autoridades dos seguintes países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Belize, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago, Uruguai e Venezuela);
- Reforço do relacionamento com os países da África Subsaariana, considerando, designadamente, a presença de comunidades portuguesas e os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional, dando continuidade aos contactos a nível político (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: África do Sul, Etiópia, Nigéria, Quénia e República Democrática do Congo);



- Aprofundamento das relações bilaterais com os países do Norte de África nas suas múltiplas vertentes, em particular com Argélia, Egito e Marrocos, através da realização de visitas ministeriais e de consultas políticas, bem como da negociação de instrumentos bilaterais;
- Participação ativa nos diferentes fóruns de cooperação no Mediterrâneo, destacando-se em particular o aprofundamento da cooperação desenvolvida no quadro do Diálogo 5+5, nas suas múltiplas vertentes;
- Desenvolvimento das relações com os países da Ásia e Ásia-Pacífico, através da realização de visitas e consultas políticas e da negociação de instrumentos bilaterais, salientando-se a promoção da Parceria Estratégica Global com a China e o incremento muito significativo do relacionamento com a Índia, por via da realização da visita de Estado do Presidente da República, em fevereiro de 2020 (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Índia, Irão, Jordânia, Malásia, Nova Zelândia, República da Coreia e Timor-Leste);
- Realização das Comissões Mistas com a República da Coreia e Índia;
- Aprofundamento das relações bilaterais através da realização de Consultas Políticas com a Rússia, a Moldoava e a Geórgia, bem como com a Ucrânia (visita ministerial);
- Acompanhamento permanente, a título nacional e no âmbito do Grupo de Contacto Internacional, da crise política na Venezuela, no sentido do encorajamento e viabilização de uma solução política pacífica e democrática.

#### **1.4. No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:**

O Ensino do Português no Estrangeiro (EPE) sofreu, em 2020, um forte impacto devido à crise pandémica de COVID-19, com as medidas de confinamento decretadas em vários países a implicarem mudanças bruscas no funcionamento das escolas e na Rede EPE, condicionando o planeamento e a concretização de iniciativas, em geral.

Apesar do quadro de constrangimentos, são de assinalar os seguintes resultados:

- *Ao nível do ensino superior:*
  - Consolidação da rede de leitorados do CICL em universidades estrangeiras, destacando-se a criação de um novo leitorado em Luanda e o estabelecimento de nove novos protocolos para apoio à docência com universidades na África do Sul, Alemanha, Bulgária, Estados Unidos da América e Polónia;
  - Expansão da Rede de Cátedras, promovendo o ensino e investigação em estudos de língua e cultura portuguesa, tendo sido criada nova cátedra em Itália (“Vasco da Gama”).
- *Ao nível do ensino básico e secundário:*
  - Inauguração da Escola Luso-Britânica de Londres, garantindo ensino bilingue, e início das suas atividades ao nível pré-escolar;
  - Desenvolvimento da rede de ensino português como língua de herança, com o alargamento da rede EPE no ensino básico e secundário com novos horários no Reino Unido e em França;
  - Fortalecimento das Coordenações de Ensino Português no Estrangeiro (CEPES), com atribuições globais nas áreas do ensino básico, secundário e superior e no

favorecimento da integração curricular do português em sistemas de ensino de países terceiros, em articulação com Ministério da Educação no caso das Escolas Portuguesas no Estrangeiro;

- Consolidação da integração curricular do português em sistemas de ensino de outros países terceiros;
- Desenvolvimento e implementação de planos de contingência adaptados ao contexto da rede EPE, no âmbito das ações de prevenção e ajustamento à situação de pandemia, para apoio a professores e alunos dos cursos promovidos no âmbito do EPE.
- *No plano da qualificação e promoção do ensino português no estrangeiro:*
  - Plano de Incentivo à Leitura (mais de 20 mil exemplares/ano; mil projetos/ações envolvendo 50 mil participações de alunos do EPE);
  - Disponibilização de um Programa de Bolsas de Língua e Cultura Portuguesas para (a) aperfeiçoamento de competências linguísticas, estudo e investigação, formação científica ou profissional na área de português como língua não materna e (b) formação ou aperfeiçoamento na área de tradução e interpretação de conferências (191 bolsas, beneficiando 230 bolseiros);
  - Reforço da atividade da rede de Centros de Língua Portuguesa; - Programa de Distribuição de Manuais Escolares na Rede EPE (com investimento de €450.000);
  - Consolidação da utilização da língua portuguesa em organizações internacionais através, nomeadamente, do reforço dos programas de formação de quadros das Organizações Internacionais;
  - Outras medidas de continuidade: Formação contínua de professores, tradutores e intérpretes; Protocolos para Apoio Bibliográfico, Cultural e Científico; Programa Empresa Promotora de Língua Portuguesa (EPLP).

O ano atípico de 2020 exigiu a adoção de medidas extraordinárias na preparação e divulgação de planos de contingência para apoio a professores e alunos da Rede EPE, adaptando ações de prevenção, nos contextos de cada país. Por outro lado, gerou o crescimento do regime *e-learning* e do uso das tecnologias no ensino e internacionalização da língua portuguesa. Assim, foram tomadas medidas de qualificação digital, com maior aposta nos cursos e plataformas *online*, no reforço do acervo de materiais disponíveis e acessíveis digitalmente, bem como na certificação digital, incluindo através da criação de parcerias com estabelecimentos de ensino universitário. Destaque-se:

- Incremento das competências na área digital dos docentes a lecionar no estrangeiro, com organização do curso “Do Presencial ao Digital”, em modalidade de formação a distância, com mais de 500 participantes;
- Oferta de cursos de português e de cursos de especialização em português ministrados pelo CICL;
- Lançamento de cursos temáticos de curta duração na área cultural (Fado, Cinema, Música, Artes gráficas, Teatro) favorecendo, simultaneamente, a internacionalização da língua e a ação cultural externa;
- Criação do Curso de Português Língua Estrangeira (PLE) para fins específicos – Medicina, na Plataforma Camões, e implementação do “*Portuguese for*

- Travelers*”, destinado à aprendizagem de PLE, na Plataforma nacional de MOOC – NAU;
- Utilização ampliada da Plataforma “Português mais Perto” e de outras de apoio à docência;
  - Consolidação do repositório “Biblioteca Digital Camões”, que já conta com mais de 4.000 títulos disponíveis;
  - Alargamento da oferta digital, designadamente através do projeto “Palavras”, resultante de cooperação entre o CICL e o IPOR, com a participação das CEPES;
  - Aperfeiçoamento do sistema digital do Exame PLE juvenil que confere a Certificação CAMÕES JÚNIOR a estudantes de PLE, menores de 18 anos;
  - Desenvolvimento do POR-NÍVEL, um mecanismo de suporte à certificação das aprendizagens, criado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, e pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
  - Alargamento da rede de LAPE, locais de aplicação dos exames do CAPLE, no estrangeiro, normalmente por recurso a instalações da rede do MNE;
  - Desenvolvimento de parceria entre o CICL e a Universidade Aberta, no sentido de criar um plano de formação a distância e materiais digitais, para professores e estudantes da Rede EPE;
  - Assinatura de Protocolo com a Universidade do Porto para ministração de Curso de Atualização para Professores de PLE;
  - Estabelecimento de Consórcio, integrando: Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Porto, que desenvolveu Curso de Verão de Língua e Cultura Portuguesas, em regime online e assente em formatos inovadores, no quadro de articulação entre o CICL e a academia.
- *No contexto multilateral de promoção da língua:*
    - Celebração, pela primeira vez, do dia 5 de maio como Dia Mundial da Língua Portuguesa (DMLP), com a realização de mais de 100 atividades, em 30 países, promovidas pela rede externa do MNE, e que decorreram maioritariamente com recurso a plataformas digitais.
  - *Na área da Ação Cultural Externa (ACE):*
    - Realização física de 218 atividades do Plano Indicativo de Anual de 2020 e realização de mais 69 em formato digital;
    - Participação na edição digital da Feira do Livro de Lima, com três autores de língua portuguesa (a participação de Portugal como país-convidado da Feira foi adiada para 2022).
    - Continuação das Comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação, destacando-se, em 2020, a viagem do Navio-Escola Sagres até à América do Sul, a realização e edição do estudo “A projeção Internacional do Espanhol e do Português: o potencial da proximidade linguística”, promovido conjuntamente pelos Institutos Camões e Cervantes, e a celebração da passagem do Estreito de Magalhães;

- Criação da Linha de Apoio à Tradução e Edição (LATE) que, na sua primeira edição, apoia 159 projetos editoriais em 44 países;
- Concretização do Programa Especial de Apoio à Tradução/Edição em língua alemã, integrado no projeto da Feira do Livro de Leipzig 2021, na qual Portugal será País-Convitado de Honra;
- Dinamização dos Centros Culturais Portugueses, incluindo o apoio, *in loco*, aos criadores das diferentes culturas em português, à sua internacionalização, bem como à criação e fidelização de públicos.

#### **1.5. No âmbito da política de Cooperação para o Desenvolvimento:**

- Participação no esforço multilateral de resposta global à pandemia COVID-19, na sequência do apelo lançado pelo Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, canalizando apoios através das agências, fundos e programas das NU, designadamente OMS, OIM, ACNUR, UNICEF, FNUAP e PAM, mas também do CICV. Neste âmbito foram privilegiados dois critérios essenciais: a capacidade para atuar de imediato no terreno e projetos/ações dirigidos aos países prioritários da Cooperação Portuguesa;
- Desenho do programa de cooperação na resposta sanitária à pandemia COVID-19 entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste, e coordenação da sua operacionalização e financiamento;
- No âmbito deste programa, lançamento de uma nova linha de cofinanciamento para projetos de ONGD no âmbito da Pandemia de COVID-19, com um valor de 750 mil euros, que apoiou sete projetos de seis ONGD direcionados especificamente para os setores da saúde e socioeconómico;
- Participação em cinco pontes aéreas humanitárias, ao abrigo do recém-criado mecanismo europeu Ponte Aérea Humanitária, para: São Tomé e Príncipe (1 voo); Haiti (com a França); Guiné-Bissau (4 voos); Venezuela (com a Espanha) e Líbano (com a Alemanha), com doações da Cooperação Portuguesa para apoio ao combate e mitigação dos efeitos da pandemia de COVID-19;
- Participação ativa na resposta europeia à crise sanitária de COVID-19 nos países parceiros, prosseguida através da abordagem “Equipa Europa” (*Team Europe*). Neste quadro, Portugal identificou um contributo de aproximadamente 98,5 milhões de euros para o biénio 2020-2021, essencialmente centrado no apoio aos PALOP e Timor-Leste, a par do apoio à resposta humanitária na Venezuela;
- Acompanhamento próximo das atividades implementadas no âmbito dos Programas, Projetos e Ações aprovados e em curso no contexto da cooperação bilateral, num total de 44 intervenções;
- Elaboração do futuro Programa Estratégico de Cooperação (PEC) com a Guiné-Bissau, a ter início de vigência em 2021, mantendo-se o nível de empenho financeiro e dando continuidade às grandes áreas temáticas de intervenção, nomeadamente i) Educação e Cultura; ii) Justiça, Segurança e Defesa; iii) Saúde, Assuntos Sociais e Trabalho; iv) Agricultura, Pescas, Energia e Ambiente; v) Infraestruturas, Economia e Finanças;
- Contribuição bilateral para apoio de emergência a Cabo Verde, na sequência das cheias que afetaram o arquipélago;
- Contribuição bilateral para o Plano de Resposta Rápida das Nações Unidas (OCHA) para Cabo Delgado, Moçambique, com vista à assistência humanitária e alimentar às

populações daquela província, no atual contexto de instabilidade e violência e aumento dos deslocados internos;

- Contratualização, arranque e acompanhamento dos projetos financiados no âmbito do Mecanismo de Financiamento para Apoio à Recuperação e Reconstrução das Regiões Afetadas pelos Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique;
- Criação do Instrumento de Resposta Rápida para Situações de Emergência (IRR) com realização da fase de qualificação de ONGD, que selecionou oito entidades na operacionalização de ações de emergência ao abrigo deste instrumento;
- Manutenção das linhas de cofinanciamento de projetos de ONGD (Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento e Ação Humanitária) e de Congressos e Estudos;
- Lançamento da plataforma eletrónica dedicada à Educação para o Desenvolvimento;
- Acompanhamento, execução e realização da avaliação intermédia da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022, e do respetivo Plano de Ação subscrito e executado por 16 entidades públicas e organizações da sociedade civil, e concretização das Segundas Jornadas de Educação para o Desenvolvimento;
- Atribuição de bolsas para a frequência do ensino superior em Portugal a estudantes dos principais países parceiros da Cooperação Portuguesa, tendo sido concedidas, no ano letivo 2020-21, no quadro do contingente fixo definido (210 bolsas), 38 novas bolsas (31 de licenciatura, 3 de mestrado e 4 de doutoramento). Foram igualmente concedidas 24 bolsas (12 de licenciatura e 12 de Mestrado), em Portugal, na área da música e artes, ao abrigo do projeto Procultura-PALOP/Timor-Leste, financiado por fundos comunitários;
- Consolidação dos projetos com financiamento europeu implementados pela Cooperação Portuguesa, com especial enfoque nos PALOP e Timor-Leste, num ano particularmente marcado pela situação de pandemia com reflexos no ajustamento dos projetos em fase de implementação (Planos de Continuidade e Mitigação), e conclusão das negociações de novos projetos;
- No quadro da gestão indireta de projetos da UE, promovido o processo de (re)Certificação do CICL através da “Certificação dos Pilares” descrita na Decisão COM/2019/C191/02, de 17 de abril de 2019;
- Participação ativa nas negociações do próximo QFP da UE (2021-2027), no âmbito do futuro Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação internacional (IVDCI), bem como do futuro acordo sobre o relacionamento UE-ACP (Estados África, Caraíbas e Pacífico);
- Participação ativa nos fóruns multilaterais da área do desenvolvimento, apesar do contexto pandémico, com particular ênfase na participação em comités, grupos e redes de trabalho e reuniões de peritos no quadro da OCDE, das Nações Unidas, da CPLP, da Conferência Ibero-americana e do Fundo Global de Combate à SIDA, Tuberculose e Malária;
- Reforço do financiamento dos recursos regulares do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), em resposta à Resolução da Assembleia da República 181/2017, de 3 de agosto. Coorganização com o FNUAP, em junho, da apresentação pública do Relatório sobre a Situação da População Mundial – 2020, que contou com a participação de representantes dos Grupos Parlamentares;
- Reforço da participação na Cooperação Ibero-americana, através da eleição de Portugal para o Comité Executivo do Programa Ibero-americano para o Fortalecimento da

Cooperação Sul-Sul e da apresentação de uma proposta de base para um novo Programa de Cooperação Ibero-americano sobre Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável;

- Continuação da promoção da diversificação de fontes de financiamento da cooperação para o desenvolvimento e do apoio ao investimento do setor privado nos países em desenvolvimento e emergentes, designadamente através de uma melhor articulação com as instituições financeiras internacionais (Banco Europeu de Investimento, Grupo Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento);
- Apoio ao trabalho da Plataforma Global dos Estudantes Sírios e promoção, nos fóruns internacionais relevantes, da criação de um Mecanismo de Resposta Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência.

#### **1.6. No âmbito da atividade consular e da valorização das relações com as comunidades portuguesas:**

- Resposta à situação de emergência causada pelo surgimento e propagação da pandemia COVID-19:
  - Apoio ao regresso de cerca de 6 mil cidadãos nacionais retidos no estrangeiro;
  - Criação da Linha de Emergência COVID-19, que, em conjunto com o Gabinete de Emergência Consular (GEC), deu resposta a um número sem precedentes de emergências consulares em simultâneo e à escala global: 38.935 comunicações (o equivalente a 3 anos de trabalho).
- Continuação e reforço da implementação do Novo Modelo de Gestão Consular, destacando-se:
  - Alargamento do Centro de Atendimento Consular (CAC) a três novos países: Irlanda, Bélgica e Luxemburgo;
  - Generalização do novo Sistema de Gestão Consular (eSGC);
  - Reforço da plataforma de agendamento *online* de atos consulares;
  - Criação do novo Portal eVisa, que permite a apresentação do pedido de visto por via digital, bem como efetuar o acompanhamento do estado do processo;
  - Abertura do concurso público internacional para a criação da nova Rede de Pedidos de Visto (eRPV).
- Acompanhamento muito atento e próximo à comunidade portuguesa e luso descendente na Venezuela, através de:
  - Reforço dos recursos humanos na rede consular;
  - Continuação da isenção de pagamento de emolumentos consulares, o que constitui uma importante poupança para aos cidadãos nacionais, sobretudo os mais carenciados;
  - Prossecução da realização de permanências consulares. Apesar da pandemia, no primeiro semestre de 2020 realizaram-se oito presenças consulares na Venezuela, tendo sido atendidos 1.196 utentes e praticados 1.348 atos consulares;

- Continuação da implementação do regime excecional no quadro do ASEC-CP, que veio flexibilizar o acesso de cidadãos em situação vulnerável a apoios sociais, com pagamentos que ascenderam a quase 71 mil euros;
- Concessão de apoios financeiros ao movimento associativo, que em 2020 ascenderam a cerca de 200 mil euros;
- Operacionalização de uma rede de apoio médico à comunidade portuguesa em quatro pontos na Venezuela: realização de consultas e exames gratuitos e disponibilização de medicamentos;
- Articulação com outros departamentos ministeriais, poder local e o Governo Regional da Madeira, no que se refere ao acolhimento em Portugal de cidadãos provenientes da Venezuela;
- Envio de 1,8 toneladas de medicamentos entre 2018 e 2020;
- Manutenção de apoio financeiro no quadro do ASIC-CP a 47 nacionais portugueses, com atribuição de apoios que, em 2020, ascenderam a 115 mil euros.
- Apoio específico à comunidade portuguesa residente no Reino Unido, através de:
  - Reforço dos recursos humanos na rede consular, com a aprovação da contratação de quatro novos elementos para o Consulado-Geral em Londres. Com este reforço, os dois postos no Reino Unido veem o número de trabalhadores mais do que duplicar nos últimos 5 anos, passando de 24 funcionários em 2015 para 48 em 2020;
  - Reforço da estrutura consular em Londres e em Manchester com novos meios informáticos;
  - Extensão do plano de preparação e contingência para o *Brexit*;
  - Criação do Grupo de Trabalho de Alto Nível para acompanhamento da situação das candidaturas de cidadãos nacionais ao *EU Settlement Scheme*;
  - Realização de 14 sessões de esclarecimento sobre o *Brexit*;
  - Manutenção do horário de funcionamento alargado em ambos os Consulados;
  - Continuação do Centro de Atendimento Consular para o Reino Unido – Linha *Brexit*, que nos primeiros nove meses de 2020 atendeu 51 mil chamadas telefónicas e respondeu a mais de 79 mil *e-mails*.
  - Continuação do programa de presenças consulares, tendo sido possível concretizar sete das 21 previstas para o primeiro semestre.
- Contacto e visita às comunidades portuguesas residentes nos seguintes países: Brasil, França, Luxemburgo e Venezuela;
- Realização de videoconferências com responsáveis da rede consular e conselheiros das comunidades em vários países, devido às dificuldades de deslocação impostas pelo surgimento da pandemia;
- Consolidação da ação do Gabinete de Emergência Consular e da sua articulação com outros serviços relevantes e a rede consular do MNE, permitindo o reforço da proteção consular dos portugueses residentes ou em trânsito no estrangeiro;
- No plano do apoio ao investimento:

- Aprovação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), através da RCM nº64/2020, de 18 de agosto, o qual permite dar enquadramento formal, integrado e multisectorial/em rede ao empreendedorismo das comunidades portuguesas, apoiando-o em linhas de apoio financeiro dedicadas e em contínuo, promovendo a ligação aos territórios e contribuindo para o respetivo desenvolvimento;
- Criação do Estatuto de Investidor da Diáspora, com mais de 60 estatutos emitidos entre agosto e outubro de 2020.
- Realização de visitas às Comunidades Intermunicipais para apresentação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID) e assinatura dos novos protocolos com reforço das atribuições dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), com a inclusão de funcionalidades relacionadas com as atividades de investimento e do turismo;
- Apoio aos Portugueses Graduados no Estrangeiro através da valorização das redes que reúnem estudantes, investigadores e profissionais pós-graduados portugueses na Alemanha, Benelux, Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Suíça e Escandinávia;
- Promoção do ensino superior português junto das comunidades portuguesas e lusodescendentes, através de ações conjuntas das Secretarias de Estado das Comunidades Portuguesas e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para divulgação do contingente especial de acesso ao ensino superior português para emigrantes e familiares que com eles residam;
- Criação de um regime excecional e temporário de aquisição de espaço para publicidade institucional aos órgãos de comunicação social da diáspora (OCSD), no âmbito da pandemia de COVID-19, com o valor global de 200 mil euros. Foram selecionados 31 OCSD, em 11 países, para divulgação de matérias de interesse da política externa portuguesa;
- Valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas, designadamente da ação do Conselho Permanente, da participação ao nível político nas diversas reuniões das comissões temáticas e nos Conselhos Regionais, bem como do Projeto “Memória do CCP”;
- Valorização do associativismo entre as comunidades, designadamente através da implementação do regime de apoios financeiros aprovado em 2017, com a realização de diversas ações de formação envolvendo centenas de participantes. O apoio financeiro atribuído pela DGACCP ao movimento associativo da diáspora em 2020 ascendeu a 627 mil euros, distribuídos por 78 iniciativas de 43 associações de 13 países;
- Criação de um apoio extraordinário, temporário e pontual de cariz social a portugueses carenciados residentes no estrangeiro (indivíduos) em contexto de pandemia COVID-19;
- Publicação do estudo “Da Emigração à Diáspora – As Comunidades na Política Externa Portuguesa”, encomendado pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas e pelo Instituto Diplomático ao Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova De Lisboa;
- Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro – entrega do prémio da I edição e realização da II edição;



- Início do levantamento, junto dos municípios portugueses, de espaços museológicos ou acervos dedicados especificamente à diáspora, tendo em vista a criação de uma rede de museus.

#### **1.8. No âmbito da internacionalização da economia:**

- Preparação do Programa Internacionalizar 2030, enquanto documento estratégico de medidas de apoio à internacionalização da nossa economia, com destaque para as medidas de resposta à pandemia de COVID-19;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma Portugal Exporta, dedicada às exportações, como o Acelerador de Internacionalização Online e o Optimizador do Investimento, com mais serviços e produtos, distintos e de maior valor acrescentado;
- Criação de uma nova oferta de produtos e serviços adequados ao novo contexto de mercado. É o caso do Programa Exportar Online, dedicado ao *E-Commerce*, com novo pacote de serviços, em 2020, que incluiu a Ferramenta de Diagnóstico *E-Commerce*; *Webinars*; *Cursos E-Learning*; *Workshops online com Marketplaces*;
- Prossecução do objetivo estratégico de aumento da captação de investimento, através, designadamente, de:
  - Missões de captação de investimento direto estrangeiro para Portugal, e de *after-care*, nos seguintes países: Alemanha, Espanha, França, Itália, Japão, Polónia, Grécia e Singapura;
  - Apoio ao investimento, com aproveitamento do programa Portugal 2020 e por via de incentivos fiscais;
  - Apoio à qualificação do território através da divulgação da ferramenta de promoção internacional *Portugal Site Selection*;
  - Desenvolvimento do Fundo de Fundos para a Internacionalização (FFI) – instrumento de coinvestimento dotado, em cinco anos, de 100 milhões de euros, com a concretização de uma primeira operação com o FEI – Fundo Europeu de Investimento – no valor de 50 M€. O FEI já realizou investimento em dois fundos de capital de risco (de expansão) que, por sua vez já investiram em três empresas em processo de internacionalização;
  - Dinamização do Processo de Reconhecimento das Câmaras de Comércio e Indústria bilaterais sediadas no estrangeiro como câmaras de comércio portuguesas;
- Apoio à internacionalização de empresas e às empresas exportadoras (quer para abertura de novos mercados, quer em mercados já com presença de empresas portuguesas), designadamente através de:
  - Realização de missões nos seguintes países: Alemanha, Espanha, Grécia, Índia, Japão, Polónia e Singapura;
  - Atribuição de incentivos financeiros, no âmbito do programa Portugal 2020, através de contratualização de projetos que reforcem a capacitação empresarial das PME e permitam potenciar a sua base e capacidade exportadora, assim como o reconhecimento internacional, através da implementação de ações de promoção e marketing, da presença em certames internacionais e da prospeção e acesso a novos mercados;

- Participação em feiras internacionais em diversos setores produtivos, da fileira têxtil, calçado, etc., apesar do contexto de pandemia que levou ao cancelamento ou adiamento de diversos eventos;
- Realização e/ou seguimento das reuniões de cadeias de valor: aeronáutica, agroalimentar, moda, automóvel, água, ensino superior, saúde, TIC e ferroviário.
- A AICEP desenvolveu diversas iniciativas para apoio a empresas no contexto da pandemia de COVID-19:
  - Ações dedicadas aos mercados internacionais, nomeadamente o *Webinar Market*, a AICEP Rede Online, e as Missões Virtuais;
  - Acompanhamento personalizado às empresas afetadas pelos impactos da pandemia e criação de task-forces – Saúde, Agroalimentar, Logística – para fazer face aos desafios mais urgentes que as empresas vivem;
  - Apoio às empresas que se reconverteram para produzir produtos e equipamentos médicos fundamentais no combate à COVID-19, em Portugal e no mundo.
- Apoio às empresas exportadoras e à captação de IDE no contexto do *Brexit* e realização de ações de captação de investimento no contexto da eventual realocação de empresas internacionais sediadas no Reino Unido;
- Das diversas medidas/ações de resposta à pandemia destacam-se as seguintes:
  - Apoio ao Ministério da Saúde no processo logístico de aquisição e transporte de equipamento médico prioritário, tais como ventiladores ou máscaras de proteção;
  - Participação ativa na criação de soluções para os seguros de crédito à exportação (criação da Linha OCDE de 750 M€, que permite utilização desta ferramenta nas operações dentro da OCDE, com garantia de Estado);
  - Desenvolvimento de uma linha de financiamento à encomenda internacional, inscrita no Plano de Estabilização Económica e Social, e que se encontra em operacionalização;
  - Lançamento do programa “*Portugal Open for Business*”, para reforço da promoção da operação das empresas nacionais em cenário de pandemia e da capacidade destas para responder a encomendas internacionais e para valorização de Portugal enquanto destino privilegiado para IDE num contexto de redefinição das cadeias globais de abastecimento, reforço da produção europeia em setores estratégicos e reindustrialização do Continente.
- Conclusão da 24.<sup>a</sup> edição e preparação da 25.<sup>a</sup> edição do Programa INOV-Contacto;
- Desenvolvimento da preparação da participação nacional na Expo Dubai 2020, que devido à atual situação de pandemia foi adiada por um ano;
- Início da preparação da participação nacional na Hannover Messe 2022 – edição da principal feira do mundo para a tecnologia industrial, onde Portugal assumirá as responsabilidades de país convidado;
- Participação ativa, através da Comissão de Acompanhamento, na implementação dos Pactos para a Competitividade e Internacionalização, designadamente das ações direcionadas à vertente de internacionalização e de captação de investimento.

## 2. PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2021

Numa ótica de coerência, continuidade e aprofundamento dos objetivos estratégicos, a política externa portuguesa desenvolver-se-á, em 2021, em torno dos seguintes eixos estruturais:

- A construção europeia, tendo designadamente em conta o *exercício da presidência do Conselho da União Europeia*;
- A recuperação e resiliência da economia e da sociedade europeia, assim como a dupla transição ecológica e digital, tirando todo o partido da *concretização do novo Quadro Financeiro Plurianual e do Programa Próxima Geração*;
- O multilateralismo, consideradas as *novas responsabilidades de Portugal nas Nações Unidas* e suas agências, fundos e programas, como por exemplo a participação no Conselho Económico e Social;
- As relações bilaterais, em particular com *os mais próximos aliados*;
- A *internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesa*, através, nomeadamente, do ensino português no estrangeiro e da ação cultural externa;
- As *parcerias internacionais* e a cooperação para o desenvolvimento, no novo quadro estratégico da cooperação portuguesa e tendo em conta as nossas missões no contexto da cooperação europeia;
- A *valorização da CPLP*, como instância de concertação político-diplomática, como espaço de promoção da língua portuguesa e como espaço de cooperação, e na expectativa da conclusão do acordo de mobilidade;
- A *ligação com as comunidades portuguesas*, valorizando o seu associativismo, a participação cívica, o relacionamento económico e cultural, e melhorando a prestação de serviços consulares;
- A *internacionalização da economia portuguesa*, vista também como um fator muito importante de recuperação;
- E, como eixo transversal a todos os restantes, a *superação dos efeitos da pandemia COVID-19*.

### 2.1. No âmbito da política europeia, serão empreendidas as seguintes medidas principais:

Exercer, no primeiro semestre, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia tendo como prioridades a Europa Resiliente, Social, Verde, Digital e Global. Neste quadro:

- Apoiar a implementação do novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Programa Próxima Geração, assegurando a entrada em vigor dos novos programas e instrumentos financeiros;
- Organizar, em maio, a Cimeira Social, com o objetivo de dar impulso político à concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- Assegurar as responsabilidades decorrentes do Acordo de Saída do Reino Unido e do resultado das negociações sobre a relação futura da UE com este país;
- Assegurar as responsabilidades da Presidência nos diferentes processos institucionais, com destaque para a Conferência sobre o Futuro da Europa e a avaliação do Estado de Direito;
- Contribuir para o aprofundamento da União Económica e Monetária, em todas as suas dimensões, incluindo iniciativas no âmbito da União Bancária e da União do Mercado de Capitais, garantindo maior integração, resiliência e competitividade das economias europeias e reforçando o papel internacional do euro;

- Avançar na implementação do Mercado Interno, com especial destaque para o Mercado Único Digital, a nova Estratégia Industrial Europeia e a Estratégia para as Pequenas e Médias Empresas;
- Contribuir e participar na definição de uma nova política de industrialização da Europa, que garanta maior autonomia estratégica e recupere as cadeias de valor europeias;
- Promover a descarbonização da economia, a economia circular e o desenvolvimento das interligações energéticas na Europa para a produção, armazenamento, transporte e consumo de energias de fonte renovável, como a energia eólica, solar e o hidrogénio verde;
- Acompanhar as negociações de acordos comerciais com países terceiros e contribuir para a assinatura dos acordos já concluídos;
- Contribuir para a renovação da política europeia de migração e asilo, nomeadamente através da reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo e do reforço das capacidades de reinstalação da UE, com particular destaque para o novo Pacto de Migrações e Asilo;
- Contribuir para a preservação e o fortalecimento do Espaço Schengen;
- Promover uma estratégia integrada de prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento nas suas múltiplas vertentes, bem como o combate às ameaças híbridas (incluindo a desinformação);
- Aprofundar os mecanismos europeus de resposta a crises;
- Organizar a Reunião de Líderes europeus com a Índia;
- Participar no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa e na Política de Vizinhança, com particular atenção ao relacionamento com os países mediterrânicos, do Magrebe e do Sahel, bem como da Parceria Oriental, organizando, em cooperação com o Presidente do Conselho Europeu e o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), a Cimeira da Parceria Oriental;
- Desenvolver a agenda de parceria entre a União Europeia e a União Africana, tendo designadamente em conta a Estratégia Conjunta UE-África, o Acordo Pós-Cotonou e o Acordo de Comércio Livre Continental Africano;
- Concretizar a participação europeia em importantes reformas do sistema multilateral, designadamente na Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial da Saúde;
- Conduzir a participação e defender os interesses nacionais na construção europeia, com atenção particular a:
  - Negociação e aprovação do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência e do Acordo de Parceria Portugal 2030;
  - Aproveitamento pleno dos benefícios para a economia portuguesa dos acordos comerciais da União Europeia com países e regiões terceiras.
- Participação na Política Comum de Segurança e Defesa, na Cooperação Estruturada Permanente e no Fundo Europeu de Defesa.

## **2.2. No âmbito das relações multilaterais merecem destaque as seguintes medidas:**

- *No quadro das Nações Unidas:*

- Exercer o mandato no Conselho Económico e Social (2021-2023), na Presidência do Comité Especial da UNESCO (2020-2021) e no Conselho Executivo da UN HABITAT (2021-2023); e conduzir os processos de candidatura ao Conselho de Segurança (2027-2028) e Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2022-2026);
- Apoiar o Secretário-Geral e o seu programa de ação, com particular ênfase nas questões dos direitos humanos, do contínuo da paz e segurança, da saúde global, das alterações climáticas, dos objetivos do desenvolvimento sustentável e dos oceanos;
- Coorganizar a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Oceanos;
- Promover e reforçar uma maior cooperação e coordenação em termos de saúde pública a nível internacional, nomeadamente através do esforço conjunto entre os Estados e as principais organizações internacionais, desde logo a OMS, visando melhorar a resposta internacional a pandemias;
- Exercer as responsabilidades próprias de Portugal como “país piloto” da implementação do Pacto Global das Migrações;
- Apresentar as resoluções de iniciativa nacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais e sobre Direito à Educação, no Conselho de Direitos Humanos, bem como a resolução sobre Políticas e Programas envolvendo a Juventude, na Terceira Comissão;
- Acompanhar as negociações de um possível instrumento jurídico vinculativo sobre “Empresas e Direitos Humanos”, no seio do Grupo de Trabalho Intergovernamental Aberto sobre as Empresas Transnacionais e Outras Empresas e Direitos Humanos (CDH);
- Participar em todas as agendas relevantes das Nações Unidas, designadamente as missões de paz, a ação climática, a Agenda 2030, a defesa da biodiversidade, a segurança alimentar e a luta contra a corrupção;
- Acompanhar a avaliação da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal.
- *No quadro da CPLP:*
  - Finalizar, na Cimeira de Luanda, o processo de aprovação do Acordo de Mobilidade;
  - Apoiar a nova Presidência *pro tempore*, da República de Angola, e o novo Secretário Executivo, proposto por Timor-Leste;
  - Contribuir para a implementação da Nova Visão Estratégica da CPLP e do Plano de Díli para a Língua Portuguesa;
  - Apoiar o reforço da cooperação com os Observadores Associados no contexto da crescente projeção internacional da CPLP e da dinâmica de aproximação de países e organizações à CPLP.
- *No quadro da NATO:*
  - Valorizar a dimensão política da Aliança e a sua relação de complementaridade com a UE;
  - Assegurar as diligências diplomáticas inerentes ao estabelecimento, em Portugal, de um Centro de Excelência NATO para o domínio marítimo.

- *No quadro de outras organizações multilaterais:*
  - Participação na Cimeira Ibero-Americana e nas atividades e programas da Conferência Ibero-Americana, da SEIGB e da OEI;
  - Reforço da participação da OSCE, tendo em consideração, nomeadamente, os novos mandatos dos seus órgãos de direção e a realização da Conferência sobre o Mediterrâneo;
  - Valorização da participação nas instâncias internacionais de cooperação económica, designadamente na OCDE, cujo 60º aniversário se celebrará em setembro de 2021;
  - Incrementar a participação nos fóruns multilaterais e regionais de cooperação, desenvolvimento e segurança, tirando partido da capacidade nacional de interlocução com diferentes espaços regionais, designadamente na União para o Mediterrâneo, no Conselho da Europa e no seu Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa.
- *No quadro de coligações e outros grupos:*
  - Valorizar a participação na Coligação Internacional contra o *Daesh*, no Grupo de Amigos do Golfo da Guiné, no Grupo 5+5 e na Coligação para o Sahel;
  - Valorizar a presença na Aliança dos Multilateralistas, no Grupo dos Amigos na Defesa da Democracia e na Comissão Internacional contra a Pena de Morte.

### **2.3. No âmbito das relações bilaterais destaca-se o relacionamento:**

- Com cada um dos países de língua portuguesa, quer no plano político-diplomático, quer no plano económico e da cooperação, quer no plano social e cultural, devendo destacar-se a questão específica da participação portuguesa no apoio europeu e internacional a Moçambique, em razão dos problemas de segurança que afligem este país;
- Com os Estados Unidos da América, acrescentando novas dimensões à cooperação nas áreas da segurança e defesa, através designadamente do Centro de Defesa Atlântico e do *Air Center*, valorizando a infraestrutura e capacidade da Base das Lajes e progredindo nas medidas de solução das questões ambientais na Ilha Terceira; bem como aprofundando a cooperação nas áreas da economia, energia, ciência, tecnologia e educação;
- Com o Canadá, com especial atenção às comemorações do 75º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas;
- Com a Espanha, concretizando as decisões e a agenda da Cimeira da Guarda e preparando a modernização do Tratado bilateral;
- Com a França e a Alemanha, tendo particularmente em conta a densidade das relações económicas, a presença das comunidades portuguesas e a convergência nos grandes temas da política europeia e internacional;
- Com a Eslovénia, enquanto membro do Trio das Presidências do Conselho da UE;
- Com cada um dos restantes Estados-membros da União Europeia;
- Com o Reino Unido, garantindo uma relação futura tão próxima e profunda quanto possível e em todas as dimensões relevantes;

- Com os países da África Ocidental, Central, Oriental e Austral, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns, quer a presença, em muitos deles, de importantes comunidades portuguesas;
- Com os países do Magrebe, considerando questões de vizinhança, mobilidade, segurança, economia e energia, prestando também a necessária atenção às regiões do Sahel, do Médio Oriente e Golfo;
- Com os países do Mercosul e da Aliança do Pacífico, tendo em conta o relacionamento económico e comercial, além das dimensões políticas e culturais;
- Com a China, a Índia, o Japão, a República da Coreia e outros países asiáticos;
- Com os países da Parceria Oriental.

#### **2.4. No âmbito da internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesas serão concretizadas as seguintes medidas principais:**

- *Quanto ao ensino português no estrangeiro e em linha com a política agregadora dos “3 Cs – conteúdos, certificação e creditação”:*
  - Consolidação da rede do ensino básico e secundário, nos 17 países em que está implantado, através, designadamente, do desenvolvimento do ensino bilingue no Reino Unido, do ensino nas escolas internacionais do Luxemburgo e de horários adicionais em França;
  - Consolidação da integração curricular da língua portuguesa no ensino básico e secundário em diferentes países, com extensão de tal integração à Escócia e Irlanda, perfazendo 35 sistemas escolares;
  - Expansão da rede de ensino superior, prevendo-se que ela compreenda 51 leitorados, 82 Centros de Língua Portuguesa, 310 protocolos de docência e 57 cátedras;
  - Desenvolvimento da estrutura de formação e qualificação de docentes de língua portuguesa, em cooperação com as instituições de ensino superior, nomeadamente com a Universidade Aberta e a Universidade do Porto (curso CAPPLE) e também mobilizando a oferta própria do CICL (Coordenações de Ensino e Centro Virtual Camões);
  - Incremento da oferta de conteúdos digitais dirigidos a docentes e estudantes. Destaca-se: i) a criação de uma plataforma digital de partilha de recursos didáticos para o ensino do português como língua de herança; ii) a criação de uma plataforma digital para o desenvolvimento de competências associadas à leitura (“Ler em Rede”); iii) a colaboração na reestruturação da plataforma digital “Português mais Perto”, com introdução de componente tutorial; iv) o desenvolvimento, em colaboração com o Ministério da Educação, de um programa de Português Língua não Materna, pelo qual serão disponibilizado na RTP Internacional, em formato “#Estudo em Casa”, 60 blocos temáticos de reforço a aprendizagem do português alinhados com o Quadro de Referência do Ensino do Português no Estrangeiro;
  - Consolidação do consórcio pluriuniversitário (já atrás referido) para um curso de Verão de Língua e Cultura portuguesas;
  - Reforço do Repositório Digital Camões, com a incorporação de novos objetos digitais (artigos, dissertações, trabalhos produzidos pelas cátedras), bem como da

oferta formativa online, dirigido ao público em geral, através de novos cursos modulares de curta duração nas áreas da cultura portuguesa (música, teatro, cinema, gestão cultural);

- Incremento do sistema de certificação da proficiência em língua portuguesa, através da expansão da aplicação do exame Camões Júnior (Alemanha, Espanha, México e Reino Unido), e de exames para fins específicos (a partir de 2021, também a Ordem dos Médicos Dentistas), assim como da creditação das competências em língua portuguesa, para efeito de prosseguimento de estudos (exame NEWL de português, Abitur, MATRIC);
- Desenvolvimento do “Programa Camões ID”, no âmbito do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, apostando-se na criação de plataformas digitais e na acessibilidade de equipamentos e materiais digitais na rede de Ensino de Português no Estrangeiro. Prevê-se ainda a criação de uma rede integrada de bibliotecas Camões.
- *No âmbito da política de língua e ação cultural externa:*
  - Consolidar a utilização da língua portuguesa em organizações internacionais e promover o Dia Mundial da Língua Portuguesa;
  - Fazer da programação cultural associada à Presidência do Conselho da União Europeia uma oportunidade única de internacionalização da criação e dos criadores portugueses;
  - Concretizar a participação de Portugal como país convidado na Feira do Livro em Leipzig e valorizar a participação em outras feiras internacionais do livro;
  - Assegurar a continuação das comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação e preparar a Temporada Cultural Cruzada Portugal-França, de 2022;
  - Consolidar a LATE – Linha de Apoio à Tradução e Edição, bem como outros conteúdos digitais de apoio à internacionalização de obras e de autores de língua portuguesa;
  - Promover o plano de ação cultural externa de 2021.

**2.5. No âmbito da política de Parcerias Internacionais / Cooperação para o Desenvolvimento, atuar de modo a potenciar a Cooperação Portuguesa como instrumento de política externa, valorizando as suas características diferenciadoras nos planos europeu e internacional, destacando-se as seguintes medidas:**

- No exercício da PPUE, valorizar as seguintes prioridades: desenvolvimento humano; desenvolvimento em transição; relações UE-África e parceria com os Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP); abordagem “Trabalhar Melhor em Conjunto/Inclusividade”; triplo nexos ajuda humanitária, desenvolvimento e construção da paz; impactos das alterações climáticas na ação humanitária; proteção e assistência a populações mais vulneráveis;
- Organizar o Fórum Económico e de Investimento Verde de Alto Nível UE-África, durante o semestre da PPUE;
- Elaborar o novo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2021-2030), que permitirá dar resposta às alterações internacionais e nacionais na área da cooperação para o desenvolvimento;



- Preparar e realizar o exame do Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE à Cooperação Portuguesa;
- Executar os Programas Estratégicos de Cooperação em curso, com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste; concluir a negociação e assinar os novos PEC com Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; e dar início à elaboração dos novos PEC com Cabo Verde e Moçambique;
- Na cooperação bilateral, será dada especial ênfase aos projetos na área da saúde, educação, desenvolvimento humano e soberania, entre os quais se destacam os seguintes:
  - Na área da educação:
    - “Saber Mais” em Angola;
    - Apoio integrado na área da educação em Cabo Verde com várias intervenções; Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo (PRECASE) na Guiné-Bissau; Programa Integrado de Apoio ao Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe; FOCO.UNTL, PRO-Português e Consultório da Língua para Jornalistas em Timor-Leste, nas áreas da Educação/Desenvolvimento Humano.
  - Na área da Saúde:
    - Apoio a serviços de análise e tratamento médico na Ilha de São Vicente (Cabo Verde); Programa Integrado para a Redução da Mortalidade Materno-Infantil (PIMI) na Guiné-Bissau; “Onco-Moçambique” em Moçambique; “Saúde para Todos” em São Tomé e Príncipe.
- Prosseguir com a implementação do Plano de Ação na resposta sanitária à pandemia de COVID-19 entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste;
- Assegurar a gestão, pelo CICL, dos seguintes projetos de cooperação europeia:
  - PACED - PALOP/Timor-Leste - Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (projeto focado na luta contra a corrupção, branqueamento de capitais, crime organizado e recuperação de ativos);
  - ACTIVA/Guiné-Bissau/EIXO 3 - Apoio integrado ao desenvolvimento rural em Bafatá, Tombali e Quinara (projeto focado na melhoria das condições económicas e sociais das populações rurais através da intensificação sustentável da produção agrícola e reforço das organizações de base comunitária);
  - RETFOP/Angola – Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional (projeto focado na redução do desemprego jovem, através de capacitação e na transição dos diplomados do ensino técnico e formação profissional para o mercado de trabalho);
  - PFMO/Timor-Leste – Reforço da Gestão e Supervisão das Finanças Públicas (projeto focado numa prestação de serviços públicos eficaz, orientada para o cidadão, através da responsabilização e supervisão do uso das finanças públicas);
  - FRESAN/Angola – Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional (projeto focado na redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional nas províncias do sul de Angola, focado na agricultura familiar, acesso à água, sistemas de informação sobre segurança alimentar e nutricional e alterações climáticas);

- PROCULTURA/PALOP-Timor-Leste – Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural (projeto focado no aumento de emprego e rendimento no setor cultural, através do reforço de competências profissionais, produtos e serviços culturais e oportunidades de difusão e comercialização);
- GESTDOC/Cabo Verde-Guiné-Bissau – Modernização e Reforço da Cadeia de Identificação e Segurança Documental em Cabo Verde e Guiné-Bissau (projeto focado na melhoria dos níveis de segurança e na gestão das migrações, com vista ao respeito dos Direitos Humanos e combate ao tráfico de seres humanos a nível regional, através da modernização dos sistemas de emissão de documentos de identificação);
- IANDA SAUDE/Guiné-Bissau – Reforço do Sistema de Saúde (projeto focado na melhoria da cobertura dos serviços de saúde, através do fortalecimento da capacidade de gestão e coordenação do Ministério da Saúde e da gestão dos recursos humanos do setor).
- Proceder ao desenvolvimento de novos projetos de cooperação delegada, com destaque para:
  - SWAIMS/Golfo da Guiné – Apoio integrado à África Ocidental em matéria de Segurança Marítima (projeto focado na resposta operacional da aplicação da Lei e gestão do Estado de Direito no mar, através do fornecimento de equipamento de resposta rápida e de natureza forense e de treino operacional em criminalidade marítima e pesca ilegal, não-reportada e não-regulada);
  - +EMPREGO/Moçambique – Promover o Emprego e as Parcerias Público-Privadas no setor do Gás natural em Cabo Delgado (projeto focado no aumento das oportunidades económicas da população de Cabo Delgado, em particular a mais jovem, contribuindo para a melhoria do acesso ao trabalho decente e do respetivo rendimento em atividades direta ou indiretamente relacionadas com a indústria do gás natural);
  - +IGUAL/São Tomé e Príncipe - Combate à Violência de Género e Doméstica (projeto ainda em negociação focado na eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e as meninas através da aplicação do quadro legal existente e seguimento dos textos adotados em matéria de igualdade de género e prevenção e repressão da violência baseada no género, bem como do reforço dos serviços especializados de prevenção, apoio e assistência às vítimas de violência baseada no género, em conformidade com os princípios de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade, na cidade de São Tomé e nos distritos);
  - GoBLUE/Quénia – Desenvolvimento da Economia Costeira do Quénia (projeto ainda em negociação focado no reforço inclusivo e sustentável das cadeias de valor da economia azul nas regiões costeiras, Kilifi, Kwale, Lamu, Mombasa, Taita-Taveta, Tana-River (JKP - Jumuiya ya Kaunti za Pwani), através da criação de emprego nos setores do turismo e património histórico);
  - Resíduos MAIO/Cabo Verde: Construção de um Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos (projeto em fase de desenho focado na gestão eficaz de resíduos na ilha do Maio, com vista a assegurar a proteção dos recursos hídricos e ecossistemas mais frágeis, através da implementação de um Centro de Tratamentos de Resíduos Sólidos e sensibilização para o tratamento adequado dessa tipologia de resíduos).

- No âmbito da cooperação triangular, assegurar a continuidade dos projetos em curso, como o projeto de *Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa*, que decorre da parceria entre Portugal, Brasil e Moçambique; e, por outro lado, iniciar intervenções que permitam operacionalizar outras parcerias triangulares, como por exemplo com o Chile e Equador no domínio das Áreas Marinhas ou com o Uruguai e Moçambique, no setor da saúde;
- Valorizar as Organizações da Sociedade Civil enquanto agentes de direito próprio que atuam na Ajuda ao Desenvolvimento, e parceiros determinantes da Cooperação Portuguesa, aprofundando o diálogo com tais organizações e financiando os seus projetos.

## **2.6. No âmbito da ligação às comunidades residentes no estrangeiro**

- Prosseguir com a implementação do novo modelo de gestão consular (NMGC), no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência;
- Alargar o Centro de Atendimento Consular a três novos países: França, Itália e Países Baixos;
- Estender o registo de nascimento online aos filhos de cidadãos nacionais nascidos no estrangeiro, em articulação com o Ministério da Justiça;
- Iniciar um projeto-piloto para envio do cartão de cidadão diretamente para a morada dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro;
- Continuar o acompanhamento próximo da comunidade portuguesa residente na Venezuela;
- Assegurar que todos os portugueses residentes no Reino Unido possam realizar o seu registo até ao fim do primeiro semestre de 2021;
- Consolidar os mecanismos de apoio social a emigrantes carenciados (ASIC e ASEC) e proceder à atualização dos valores das prestações sociais do ASIC, nos termos do respetivo regulamento;
- Apoiar a atividade dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) e realizar o seu Encontro Anual;
- Prosseguir com a implementação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID) e criar a Rede de Apoio ao Investimento da Diáspora;
- Realizar, em agosto de 2021, em Fátima, o V Encontro de Investidores da Diáspora, em parceria com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo;
- Reforçar a divulgação do programa “Estudar e Investigar em Portugal”;
- Favorecer a rede de associações de pós-graduados no estrangeiro;
- Estabelecer novos protocolos de cooperação com municípios estrangeiros, tendo em vista a valorização das respetivas comunidades portuguesas;
- Consolidar os regimes de apoio ao associativismo, tendo especialmente em atenção o seu papel social e cultural;
- Dialogar permanentemente com o Conselho das Comunidades Portuguesas e apoiar as suas atividades, nomeadamente prestando o apoio necessário nas reuniões das diferentes instâncias do Conselho das Comunidades;

- Preparar as eleições para o Conselho das Comunidades, que se realizarão em setembro de 2021;
- Incentivar a participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro e alargamento, no quadro do grupo de trabalho MNE-MAI, das condições de participação nos diversos atos eleitorais a decorrer nos próximos anos;
- Concretizar a segunda fase da digitalização, em parceria com o Ministério da Cultura, do acervo documental existente nos Reais Gabinetes de Leitura do Brasil;
- Realizar a terceira edição do “Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro” e prosseguir a linha editorial “Comunidades Portuguesas”;
- Mapear a rede dos espaços museológicos e/ou acervos dedicados especificamente à diáspora, em articulação com os municípios portugueses.

### **2.7. No âmbito do apoio à internacionalização da economia, destacam-se as seguintes medidas:**

- Implementar o Programa Internacionalizar 2030, com enfoque, numa primeira fase, em medidas de apoio à recuperação da economia, e, numa segunda, nos objetivos de longo prazo de aumento das exportações, alargamento da base exportadora, diversificação de mercados, aumento do investimento e de valor acrescentado;
- Consolidar a rede externa da AICEP e prosseguir a aposta na sua modernização digital, através da promoção de soluções digitais de simplificação dos serviços prestados (Acelerador de Internacionalização Digital, Optimizador de Investimento, *Business Matching*, entre outros);
- Prosseguir a abertura da economia portuguesa ao exterior, visando a diversificação de mercados, potenciando a centralidade atlântica de Portugal e a dimensão económica dos países de língua oficial portuguesa, e dinamizando a cooperação triangular na internacionalização;
- Prosseguir o apoio à internacionalização das empresas e assegurar maior proximidade às empresas exportadoras, com especial atenção às PME, às novas exportadoras e às exportadoras para um só mercado, tirando partido de novas ferramentas como o “Exportar Online” e de uma maior integração da promoção externa conduzida pela AICEP, o turismo, a cultura e as associações empresariais;
- Prosseguir as ações de captação de investimento direto estrangeiro e de reinvestimento, apostando em mercados estratégicos para a emissão de investimento estrangeiro e nas oportunidades geradas pelos novos instrumentos de política comercial da União Europeia;
- Promover a realização sistemática de Comissões Mistas Económicas, continuar a pugnar pelo levantamento das barreiras à importação de produtos portugueses, designadamente agroalimentares, e procurar, quando possível, a celebração de acordos de cooperação nas vertentes económica e empresarial, com especial enfoque nas Convenções para Evitar a Dupla Tributação e nos Acordos para Proteção e Promoção Recíproca de Investimento;
- Prosseguir com o desenvolvimento do Fundo de Fundos para a Internacionalização;
- Melhorar a coordenação do Plano Nacional de Ações de Promoção Externa e do Plano Nacional de Capacitação para a Internacionalização;

- No contexto da saída do Reino Unido da União Europeia, apoiar as empresas portuguesas, com informação, consultoria e incentivos à diversificação de mercados, e promover a atração de investimento, nomeadamente através da Linha de Crédito de Apoio às empresas com exposição ao *Brexit*;
- Acompanhar a negociação e implementação, pela União Europeia, de Acordos de Comércio Livre e promover a conclusão de acordos bilaterais de natureza económica, por forma a potenciar oportunidades já em curso para as empresas portuguesas em mercados terceiros (casos do Canadá, Japão e Vietname e Singapura); e levar a cabo a prospeção de novas oportunidades no Sudeste Asiático, na América Latina e na África do Norte e Ocidental;
- Prosseguir a promoção e a qualificação do território para acolhimento de investimento, nacional e estrangeiro, dando especial enfoque às necessidades de revitalização económica do interior do país;
- Operacionalizar o incentivo fiscal às ações de internacionalização das empresas nacionais, tendo em vista o apoio específico a ações de promoção conjuntas em mercados externos;
- Continuar os esforços de capacitação e qualificação dos recursos humanos para a internacionalização, através designadamente da Academia Internacionalizar e do programa INOV Contacto;
- Assegurar a participação nacional na Expo Dubai 2020, atendendo à importância do evento para a divulgação do país e da língua portuguesa, mas também ao seu potencial de dinamização económica;
- Acompanhar a organização da *Web Summit 2021* e promover o evento no plano externo através da rede diplomática e da AICEP;
- Preparar a participação nacional enquanto país parceiro na Hannover Messe 2022, dada a importância do evento para a promoção externa do país e o seu potencial como catalisador de investimento direto estrangeiro e das exportações nacionais no setor da tecnologia industrial.

## SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL

### 1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

É reconhecido que não se verifica uma correlação necessária entre o volume dos recursos orçamentais e a intensidade e eficácia da ação político-diplomática. Nos assuntos europeus e na política externa multilateral e bilateral, a variável-chave é de natureza política e diplomática. Já quanto às estratégias de internacionalização (educacional, linguística, cultural ou económica), à cooperação para o desenvolvimento, ao ensino do português no estrangeiro e ao serviço consular, a correspondência entre as medidas de política e a sua expressão orçamental é mais visível.

Assim, quanto às questões que envolvem uma expressão orçamental, o Governo define para 2021 as seguintes prioridades:

1. Exercer a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE), a realizar no primeiro semestre de 2021, com todas as condições logísticas e de recursos materiais e humanos.
2. Lançar o projeto “Transformação digital do MNE”, no âmbito do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, a realizar entre 2021 e 2026, o qual inclui: *a)* o Novo Modelo de Gestão Consular; *b)* a digitalização de estruturas e processos do CICL e da AICEP; *c)* a reconfiguração da infraestrutura tecnológica e da rede de comunicações do MNE; *d)* o incremento da cibersegurança.
3. Executar o Programa Internacionalizar 2030, o Programa de Apoio ao Investimento da Diáspora e os projetos do Plano de Recuperação e Resiliência dirigidos à internacionalização da economia portuguesa.
4. Desenvolver os programas de expansão da rede de ensino português no estrangeiro, consolidando também as modalidades digitais e de educação à distância.
5. Elaborar o novo Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa (2021-2030) e robustecer os programas da cooperação portuguesa, quer no plano bilateral, quer no plano trilateral e triangular, quer no plano europeu e multilateral, com especial foco no desenvolvimento humano (educação e saúde) e na ligação entre ação humanitária, segurança e desenvolvimento.
6. Tirar partido da organização em Portugal e da participação portuguesa em grandes eventos internacionais (políticos, económicos e culturais), como a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano, o Dia Mundial da Língua Portuguesa, a Expo Dubai, ou a Feira de Leipzig.

Para concretizar estas prioridades, e tendo em conta a situação de incerteza que vivemos, o programa de representação externa tem ao dispor os seguintes meios financeiros:

- a)** O orçamento inicial da despesa ascende a 475,7 milhões de euros (M €) (Quadro 1). É um valor ligeiramente inferior ao inscrito no orçamento inicial de 2020 (0,1%), embora aumente a dotação proveniente de receitas de impostos (+1,1%), por duas razões: porque se prevê uma redução do volume de receitas próprias (-19%), antecipando-se a continuação da redução da atividade consular, sentida ao longo de 2020, por efeito da pandemia da COVID-19; e, em razão

das regras próprias de financiamento de fundos europeus de projetos de cooperação europeia geridos pelo CICL, este instituto contará com menos 12 M€ inscritos como sua dotação orçamental em 2021, beneficiando, em contrapartida, de cerca de 30 M€ de financiamento para esse propósito transitado de exercícios anteriores.

**b)** A Presidência Portuguesa da União Europeia contará com um teto de 41,5 M€. Ele representa, por razões óbvias, um aumento substancial face ao orçamentado e ao executado em 2020.

**c)** O Orçamento de 2021 prevê 400 M€ de garantias de Estado para o Compacto Lusófono e 15 M€ para a SOFID. As linhas de crédito, em particular a da Convenção Portugal-Angola, estão cobertas pela garantia geral do artigo 248º.

**d)** A terceira parcela de capitalização do Fundo de Fundos para a Internacionalização será de 20 M€.

**e)** As dotações de receitas provenientes de impostos para o CICL sobem de 47,8 M€ para 49,6 M€ (+ 4%) e, como já antes referido, este instituto poderá mobilizar cerca de 30 M€ de saldos para financiamento de projetos de cooperação delegada.

**f)** O projeto “Transformação Digital do MNE”, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, tem indicativamente prevista como despesa em 2021 o valor de 14 M€.

## 2. DESPESA CONSOLIDADA

### 2.1. POR NATUREZA DA DESPESA

**Quadro 1 – Despesa consolidada do MNE por natureza da despesa**

	CGE 2019	2020		2021	Var. (4)/(2)	Estrutura 2021
		Estimativa	Orçamento	Orçamento		
	(1)	(2)	(3)	(4)	% (5)	% (6)
<b>DESPESA</b>	<b>463,2</b>	<b>424,6</b>	<b>476,2</b>	<b>474,3</b>		
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>385,8</b>	<b>416,7</b>	<b>461,9</b>	<b>458,4</b>	<b>10,0%</b>	<b>96,4%</b>
01-Encargos com pessoal	191,2	198,3	224,5	220,5	11,2%	46,4%
02-Aquisição de bens e serviços	56,4	58,2	98,9	115,4	98,3%	24,3%
03-Juros	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0%
04-Transferências correntes	117,7	128,6	108,6	93,7	-27,2%	19,7%
05-Subsídios						0,0%
06-Outras Despesas Correntes	20,3	31,6	30,0	28,8	-8,9%	6,1%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>77,4</b>	<b>7,9</b>	<b>14,3</b>	<b>15,9</b>	<b>101,3%</b>	<b>3,3%</b>
Investimento	10,5	6,4	12,5	12,7	98,4%	2,7%
Ativos financeiros	65,1					0,0%
Outras Despesas de capital	1,8	1,5	1,8	3,1	106,7%	0,7%
<b>Diferenças de consolidação</b>				<b>1,4</b>		
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	<b>463,2</b>	<b>424,6</b>	<b>476,2</b>	<b>475,7</b>	<b>12,0%</b>	<b>100,0%</b>
<b>DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>398,1</b>	<b>424,6</b>	<b>476,2</b>	<b>475,7</b>	<b>12,0%</b>	

Os encargos com pessoal representam, como habitualmente, o maior peso relativo no total da despesa consolidada. Correspondem aos atuais efetivos do MNE e ao acréscimo resultantes dos concursos de contratação abertos no segundo semestre de 2020 e àqueles que serão abertos em 2021.

A aquisição de bens e serviços corresponde à segunda maior parcela (24,3%) e o seu reforço decorre dos compromissos com a PPUE.

A rubrica “transferências correntes” compreende (para além dos subsídios ao associativismo das comunidades portuguesas e os pagamentos devidos no quadro dos estágios) duas grandes rubricas. A primeira, no valor de 37 M€, integra as transferências do CICL para entidades terceiras; como, por exemplo, as ONGD e as universidades estrangeiras com protocolos de docência em língua e cultura portuguesas. A segunda, as transferências para organizações internacionais a título de quotas e contribuições voluntárias. A política de antecipação sistemática de pagamentos seguida nos anos mais recentes – por exemplo, em 2019 foram antecipadas quotas devidas em 2020 no valor de 31,3 M€ – permite uma estimativa de 46,4 M€ para os pagamentos a efetuar em 2021 relativos a este ano.

## 2.2. POR FONTES DE FINANCIAMENTO

O quadro 2 reflete a estrutura de financiamento de atividades e projetos do MNE.

**Quadro 2 – Estrutura de financiamento do orçamento do MNE**

	2021	2020
	Orçamento	Orçamento
<b>Despesa por Fonte de Financiamento consolidada</b>	<b>475,7</b>	<b>476,2</b>
Receitas de Impostos	299,4	296,2
Receitas Próprias	20,3	24,3
Fundos Europeus	32,0	45,7
Transferências entre entidades	122,6	110,0
Diferenças de consolidação	1,4	0,0

As receitas de impostos, só por si, representam 63% do financiamento e continuam a assegurar a parcela mais substancial da receita.

Neste quadro, por razões de técnica contabilística, as receitas próprias refletem unicamente a receita aplicada em despesa direta dos organismos em que é gerada.

As transferências entre entidades registam um acréscimo no valor de 12,6 M€ que resulta em grande medida do aumento previsto para o orçamento da PPUE, mantendo-se o valor previsto para a organização da Conferência dos Oceanos.

Por comparação com 2020, haverá uma redução de 13,7 M€ no montante dos fundos destinados a projetos europeus geridos pelo Camões. A razão é simples: o CICL receberá menos fundos em 2021 porque já os recebeu em anos anteriores. Como os fundos já transferidos, e na conta do CICL, são executados à medida em que os projetos de cooperação se vão desenvolvendo no terreno, o CICL acrescentará aos fundos europeus a receber em 2021 cerca de 30 M€ de saldos transitados de 2020.



### 2.3. UNIDADES ORGÂNICAS

O quadro 3 compara o orçamento inicial de 2021 face ao orçamento inicial de 2020, de acordo com a estrutura orgânica do MNE.

**QUADRO 3 - DESPESA CONSOLIDADA POR UNIDADES ORGÂNICAS**

	2020	2021	Variação	2021
	Orçamento	Orçamento		
MNE	311,0	334,1	7,4%	59,2%
Camões	91,4	79,5	-13,1%	14,1%
<b>Subtotal Funcionamento e Investimento</b>	<b>402,5</b>	<b>413,6</b>	<b>2,8%</b>	<b>73,3%</b>
Organizações Internacionais	55,0	46,3	-15,7%	8,2%
Fundo para as Relações Internacionais	60,0	50,0	-16,7%	8,9%
AICEP	56,8	54,2	-4,6%	9,6%
<b>Total</b>	<b>574,3</b>	<b>564,2</b>	<b>-1,8%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Consolidação entre e intra-setores</b>	<b>98,1</b>	<b>89,9</b>		
<b>Diferenças de consolidação</b>		<b>1,4</b>		
<b>Despesa Total Consolidada</b>	<b>476,2</b>	<b>475,7</b>	<b>-0,1%</b>	

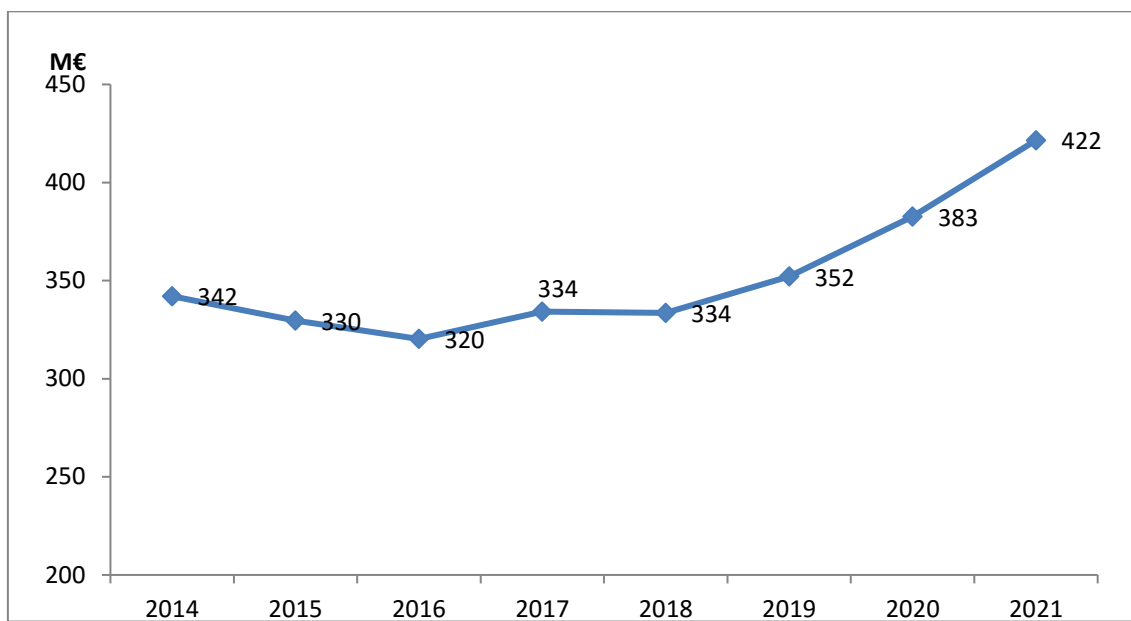
Importa relevar o seguinte:

- O acréscimo de dotação prevista para os serviços integrados do MNE reflete sobretudo o acréscimo de dotação para a realização da PPUE;
- A redução de dotação orçamental inscrita no CICL explica-se pelas razões já referidas em 2.2;
- Ajusta-se o valor inscrito em contribuições e quotas para organizações internacionais àquele efetivamente devido nesse ano, o que resulta das antecipações praticadas desde 2017. Apenas por memória, em 2019 foram antecipados pagamentos devidos em 2020 no valor de 31,3 M€;
- A quebra de 17% na despesa prevista para o Fundo de Relações Internacionais corresponde à quebra da receita própria prevista, já que se optou por fazer uma estimativa prudente de evolução das receitas próprias, por efeito da pandemia, e também à alteração de contabilização da fonte de financiamento da Expo Dubai;
- A redução da despesa prevista para a AICEP resulta da reprogramação da Expo Dubai, que conduziu a uma diminuição da despesa orçamentada para 2021.

### 2.4 EVOLUÇÃO ANUAL

O gráfico 1 apresenta a evolução da despesa de funcionamento do MNE, com exceção da AICEP. Os valores apontados para 2020 correspondem à previsão da DGO sobre a execução de despesa e para 2021 correspondem ao orçamento inicial.

GRAFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DO MNE



## TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL

### 1. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos constituem uma variável-chave da diplomacia e da política externa. São também uma das principais restrições exógenas com que o Ministério tem de operar, originada no quadro geral em cada momento definido para o conjunto da administração pública.

À data de 31 de dezembro de 2020, e conforme o quadro 4, prevê-se um total de 3303 efetivos.

**QUADRO 4 – COMPARAÇÃO ENTRE OS EFETIVOS NO FINAL DE 2019 E OS EFETIVOS PREVISTOS PARA O FINAL DE 2020**

Unid: Efetivos

	<b>2019 (31-dez)</b>	<b>2020 (31-dez)</b>	<b>Variação 2019/2020</b>
Diplomatas	450	465	15
Pessoal Especializado	71	74	3
Pessoal Técnico	436	443	7
Assistente Técnico	221	252	31
Assistente Operacional	55	54	-1
Pessoal Local (Serviços Externos)	1 257	1 292	35
Rede EPE (Leitores e professores)	381	388	7
PPUE	4	202	198
<b>Subtotal Efetivos MNE</b>	<b>2 875</b>	<b>3 170</b>	<b>295</b>
Agentes Cooperação	82	133	51
<b>Total</b>	<b>2 957</b>	<b>3 303</b>	

São de relevar os seguintes factos:

- a) Reforço do corpo de diplomatas ao serviço do Estado português, com abertura de concursos para adidos (a única porta de entrada na carreira). Com o lançamento, em 2019, do concurso externo para ingresso na carreira diplomática e subsequente provimento de 27 vagas, conseguiu-se o preenchimento total do quadro de 55 adidos, objetivo atingido pela primeira vez em muitos anos. Em 2020, foi aberto novo concurso para 28 vagas, com vista a ocupar as vagas entretanto disponíveis pela passagem de Adidos a Secretários de Embaixada;
- b) Em 2020 foram abertos concursos para 99 lugares do mapa de pessoal dos serviços periféricos externos, entre os quais 20 técnicos superiores e 46 assistentes técnicos. Foi igualmente aberto concurso para recrutamento de cinco lugares de chefia administrativa na categoria de chanceler;
- c) Desenvolvimento dos serviços externalizados de apoio ao *front office*, através de centros de atendimento. Em 2020, encontravam-se em funcionamento 17 centros, abrangendo cerca de 92 colaboradores e representando um investimento anual de cerca de 2 M€. O objetivo destes centros de atendimentos é assegurar o atendimento geral ao público, permitindo aos funcionários do MNE concentrarem-se em atos consulares específicos;

- d) À data, encontra-se em preparação uma V edição de estágios PEPAC-MNE, que terá 100 estagiários e com início previsto para janeiro de 2021;
- e) Adicionalmente, o Centro de Atendimento Consular, em 2020, passou a cobrir para além de Espanha e Reino Unido, a Bélgica, a Irlanda e o Luxemburgo; e em 2021 será estendido aos Países-Baixos, França e Itália;
- f) Quanto ao novo sistema de gestão consular (eSGC), até ao final de 2020 passará a cobrir toda a rede consular;
- g) Refira-se, por último, que o número de efetivos afetos à PPUE é de 202.

A distribuição de efetivos previsível a 31 de dezembro de 2020, pelos diferentes organismos do MNE, de acordo com o quadro 5 é a seguinte:

#### QUADRO 5 – ESTIMATIVA DE EFETIVOS A 31/12/2020 POR ORGANISMOS DO MNE

	<b>2020</b> <b>(31-dez)</b>
<b>Gabinetes</b>	<b>79</b>
<b>MNE - Serviços internos</b>	<b>1 233</b>
Secretaria Geral	725
DGPE	112
IGDC	14
DGAE	106
DGACCP	74
PPUE	202
<b>MNE - Serviços Externos</b>	<b>1 292</b>
<b>MNE - Serviços e fundos autónomos</b>	<b>699</b>
Camões	699
<b>Total Efetivos MNE</b>	<b>3 303</b>

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados).

## 2.TIPOLOGIA E GEOGRAFIA DA REDE EXTERNA PORTUGUESA

A representação externa do Estado conta com a rede diplomática e consular constituída por Embaixadas, Consulados Gerais, Consulados e Vice-consulados, Missões e Representações Permanentes. O número de postos diplomáticos e consulares em 2020 é de 133, dos quais 57,9% constituem a rede de Embaixadas, 36,1% a rede consular e 6% correspondem a Missões e Representações junto de organizações internacionais.

A evolução da rede diplomática de acordo com a tipologia de postos é a que consta do mapa seguinte.

**QUADRO 6 - REPRESENTAÇÃO DO MNE NO EXTERIOR DE ACORDO COM EMBAIXADAS REDE CONSULAR E MISSÕES E REPRESENTAÇÕES PERMANENTES**



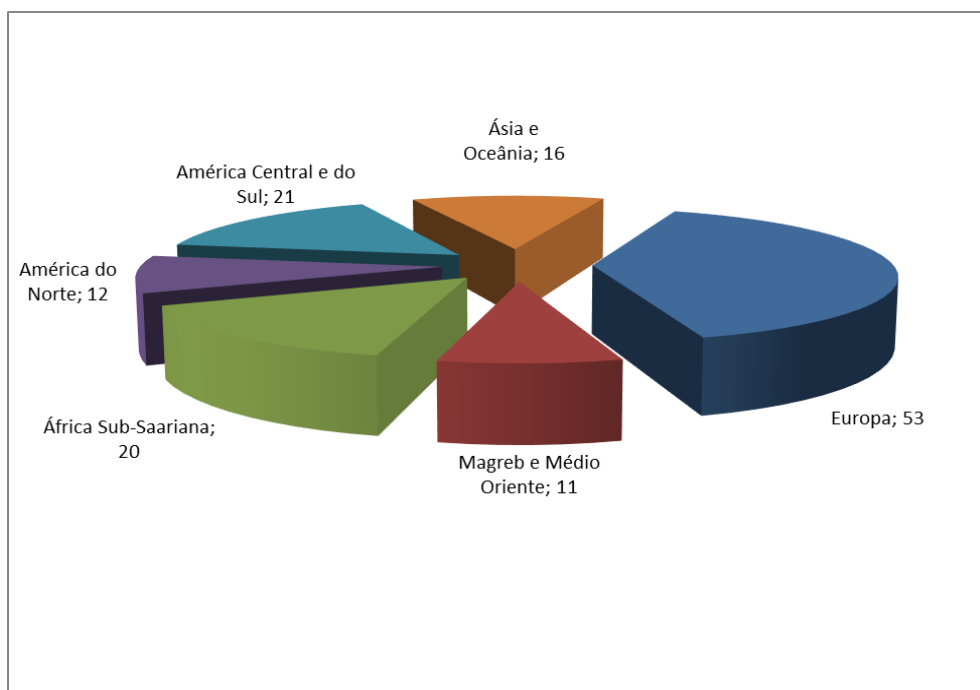
A distribuição geográfica dos serviços da rede externa de acordo com o quadro 7 e gráfico 2 mostra que, em termos geográficos, a Europa concentra 40% dos mesmos, sendo ainda de relevar que 7 da 8 Missões e Representações Permanentes se encontram igualmente neste continente.

### QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA REDE DIPLOMÁTICA E CONSULAR

	Europa	Magreb e Médio Oriente	África Sub-Saariana	América do Norte	América Central e do Sul	Ásia e Oceânia	Total	
<b>Embaixadas<sup>1</sup></b>	29	11	14	2	10	11	77	58%
<b>Consulados gerais</b>	15	0	6	7	5	5	38	29%
<b>Consulados</b>	0	0	0	1	1	0	2	2%
<b>Vice Consulados</b>	2	0	0	1	5	0	8	6%
<b>Missões e Representações Permanentes</b>	7	0	0	1	0	0	8	6%
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>11</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>133</b>	
	40%	8%	15%	9%	16%	12%		

<sup>1</sup> Inclui Escritório de Ramallah

### GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA REDE DIPLOMÁTICA E CONSULAR





# OE2021

ORÇAMENTO DO ESTADO

[OE2021.GOV.PT](http://OE2021.GOV.PT)